c) Um secretário, com voto, official superior da aeronáutica naval ou militar.

§ 1.º A nomeação dos delegados dos Ministérios para vogais do Conselho será feita em cada dois anos, podendo contudo ser reconduzidos.

§ 2.º O vice-presidente e os vogais do Conselho perceberão a gratificação de 25\$ por cada sessão do Conselho a que assistam.

Art. 4.º O Conselho Nacional do Ar disporá duma secretaria técnica privativa, à qual competirá:

1) O estudo, informação e coordenação de todos os assuntos respeitantes à aeronáutica nacional, submetidos à apreciação do Conselho Nacional do Ar, e a preparação dos trabalhos do mesmo Conselho;

2) A redacção de todos os diplomas relativos à aeronáutica civil a submeter à aprovação do Conselho de Ministros;

3) O estudo preliminar e informação de todos os assuntos referentes à organização, estabelecimento e exploração das linhas aéreas e aeroportos nacionais e à indústria de construções aeronáuticas e sua fiscalização que tenham de ser submetidos à apreciação do Conselho;

4) A ligação com os serviços postais, alfandegários, militares e, em geral, com todos os serviços públicos;

5) O estudo e informação dos assuntos relativos a estâgios e treino do pessoal nas linhas aéreas nacionais;

6) Praticar todos os demais actos conducentes à realização dos seus fins, conforme ficar expresso no respectivo regulamento.

§ 1.º O secretário do Conselho será o chefe da secretaria técnica e despachará directamente com o Presidente do Ministério em tudo o que diga respeito à sua secretaria.

Esta terá a seguinte composição:

- 1 adjunto, official da aeronáutica militar;
- 1 adjunto, official da aeronáutica naval;
- 1 adjunto, engenheiro aeronáutico;
- 1 adjunto, engenheiro industrial.
- 1 segundo official.
- 1 amanuense.

§ 2.º Os vencimentos do pessoal da secretaria serão os que venciam à data da nomeação e serão pagos pelos Ministérios por que estão abonados.

Art. 5.º Às aeronáuticas naval e militar continuarão exclusivamente dependentes dos Ministérios da Marinha e da Guerra, por onde continuarão a ser estudados e resolvidos todos os assuntos relativos à aeronáutica considerada como parte da defesa do Estado.

Art. 6.º Dentro do prazo de trinta dias, a contar da sua instalação, o Conselho Nacional do Ar elaborará o projecto do regulamento respeitante ao seu funcionamento e ao da sua secretaria técnica e proporá ao Conselho de Ministros a forma de exploração das linhas aéreas e da indústria de construções aeronáuticas.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Fevereiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Morais Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccalar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 5:941

Tendo-se reconhecido que o sistema das licenças é o que geralmente está sendo adoptado na cobrança das taxas municipais;

Considerando que é necessário uniformizar a forma de cobrança de algumas taxas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, tendo em vista o parecer da Procuradoria Geral da República que motivou a publicação da portaria n.º 5:115, de 17 de Dezembro de 1927, estabelecer, provisoriamente, até a publicação do novo Código Administrativo, o seguinte:

1.º É obrigatória a cobrança das taxas sobre cães, que continua a ser feita por meio de licença, como determina a citada portaria.

2.º Serão obrigatoriamente cobradas pelo mesmo processo as taxas sobre veiculos e as devidas pelo exercicio de comércio e indústria.

3.º A cobrança das restantes taxas municipais será feita por meio de licença ou de lançamento, conforme as conveniências dos respectivos serviços, mas sempre sem prejuizo dos interesses do Estado.

Paços do Governo da República, 21 de Fevereiro de 1929. — O Ministro do Interior, José Vicente de Freitas.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 5:942

Tendo sido dada nova organização aos serviços das diversas especialidades clínicas do Hospital da Marinha e sendo conveniente determinar quais as situações dos officiaes auxiliares de saúde naval, em harmonia com a mesma organização e os vários serviços do Hospital: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, anular a portaria n.º 3:017, de 27 de Dezembro de 1921, e que as situações dos officiaes auxiliares de saúde naval fiquem sujeitas às disposições seguintes:

Os officiaes auxiliares de saúde naval prestarão serviço:

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição de Saúde

Primeiro tenente	1
Segundos tenentes ou guardas-marinhas	2

Hospital da Marinha

Secretaria:

Primeiro tenente	1
Segundos tenentes ou guardas-marinhas	4
Ecónomo—Primeiro tenente	1
Ecónomo adjunto—Segundo tenente ou guarda-marinha	1
Fiscal—Primeiro tenente	1
Farmácia—Primeiro tenente, segundo tenente ou guarda-marinha	1

Junta de Saúde Naval—Primeiro tenente, segundo tenente ou guarda-marinha.	1
Adjunto do médico encarregado do Depósito de Instrumentos Cirúrgicos—Segundo tenente ou guarda-marinha.	1
Adjunto do médico encarregado do Gabinete de Física Médica—Segundo tenente ou guarda-marinha.	1
Adjunto do médico encarregado do Gabinete de Bacteriologia e Análises Clínicas—Segundo tenente ou guarda-marinha.	1

Pósto médico do Arsenal de Marinha

Primeiro tenente, segundo tenente ou guarda-marinha.	1
--	---

Brigada de marinheiros

Primeiro tenente, segundo tenente ou guarda-marinha.	1
--	---

Paços do Governo da República, 23 de Fevereiro de 1929.—O Ministro da Marinha, *Aníbal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão Central e de Estudos

Portaria n.º 5:943

Considerando que para a execução dos serviços internacionais dos transportes em caminhos de ferro, estabelecidos segundo as normas da Convenção Internacional, relativa ao transporte de passageiros e bagagens em caminhos de ferro (C. I. V.) e da Convenção Internacional relativa ao transporte de mercadorias em caminhos de ferro (C. I. M.), as quais foram ratificadas pelo Governo Português em Berna em 1 de Dezembro de 1928, adoptaram as companhias de caminhos de ferro estrangeiras, ligadas por estas Convenções, disposições complementares uniformes, devidamente legalizadas nos respectivos países, para execução dos mesmos serviços internacionais;

Considerando que estas disposições em nada alteram as normas estabelecidas nos artigos das mencionadas Convenções, apresentando tam somente minudências regulamentares a observar uniformemente na execução de serviços de exploração dos diferentes caminhos de ferro, ligados em seqüência, que os têm de prestar nos termos das mencionadas Convenções;

Considerando que as empresas portuguesas de caminhos de ferro, que se ligaram às referidas Convenções, para poderem executar os serviços internacionais de transportes, segundo as mesmas, têm de adoptar idênticas disposições complementares no que se refere a estes serviços, para haver a indispensável uniformidade na execução dos seus detalhes de exploração, que tem de ser exercida sem descontinuidade e conforme as mesmas regras;

Considerando que no começo do próximo mês de Março vai ser iniciado o serviço internacional de transportes em caminhos de ferro a executar em conformidade com as referidas Convenções, e atendendo ao pedido feito pelas mencionadas empresas para adoptarem e para serem aprovadas as mesmas disposições complementares

uniformes, no que se refere ao serviço internacional nos termos das mencionadas Convenções:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, aprovar as disposições complementares uniformes, a seguir transcritas, referentes às matérias e artigos das Convenções internacionais de transporte de passageiros e bagagens (C. I. V.) e de mercadorias (C. I. M.), ratificadas pelo Governo, em Berna, em 1 de Dezembro de 1928, para serem adoptadas pelas empresas portuguesas de caminhos de ferro, na execução dos serviços internacionais de transportes que tenham a exercer nos termos das sobreditas Convenções e que a estas estejam ligadas.

Paços do Governo da República, 21 de Fevereiro de 1929.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Vicente de Freitas*.

Disposições complementares uniformes

Convenção Internacional C. I. V.

Direito ao transporte

ARTIGO 5.º

1. Os cupões dos bilhetes só podem ser separados pelos agentes de serviço do caminho de ferro.

2. Qualquer cupão que fôr apresentado separado do bilhete será considerado nulo e será apreendido se o passageiro não apresentar conjuntamente a capa do bilhete e os cupões correspondentes aos restantes percursos parciais ainda não efectuados. Não sendo assim, o passageiro será considerado como sem bilhete e nas condições previstas no artigo 12.º

O passageiro deverá portanto assegurar-se de que os agentes do caminho de ferro unicamente retiram os cupões correspondentes aos percursos efectuados. No caso de ser retirado erradamente qualquer bilhete ou cupão, o agente devolvê-lo há ao passageiro, com reserva escrita, se fôr julgada necessária.

Bilhetes

ARTIGO 6.º

1. Os bilhetes não conterão mais indicações do que as necessárias para o serviço.

2. Nas linhas em que, para utilização de determinados combóios, se cobra preço superior ao ordinário ou sobretaxa, os bilhetes válidos para estes combóios devem ter na parte média uma faixa encarnada, no sentido transversal. Os bilhetes de ida e volta devem ter na parte média uma faixa branca, no sentido transversal.

3. Os bilhetes serão das cores seguintes: os de 1.ª classe amarelos, os de 2.ª verdes e os de 3.ª castanhos.

4. Os bilhetes de papel e os bilhetes em forma de caderneta devem ter, para ser válidos, o selo branco da Companhia que os emitir. Os bilhetes em forma de caderneta deverão ter este selo na capa e em cada fôlha. Nas capas que as agências oficiais de viagens ou agências particulares utilizam para juntar os bilhetes numa só caderneta não é aposto este selo.

5. O primeiro dia de validade dos bilhetes será indicado no próprio bilhete pela companhia emissora, com carimbo datador. Nos bilhetes de qualquer classe em forma de caderneta essa data deverá ser igualmente reproduzida não só na capa mas em todas as suas fôlhas; os bilhetes contendo cupões de viagem devem ter o mesmo carimbo em cada cupão.

Os bilhetes válidos para um combóio que, conforme o